



## **Masculinidades subversivas em Mia Couto e Marcelino Freire: os meninos da dissidência**

Subversive masculinities in Mia Couto and Marcelino Freire: the boys of dissidence

Flávio Adriano Nantes<sup>1</sup>

*A Marcelino Freire, por todo trabalho est(ético) materializado em direção à comunidade LGBTQIA+.*

*A placa de censura no meu rosto diz:*

*Não recomendado à sociedade*

*A tarja de conforto no meu corpo diz:*

*Não recomendado à sociedade*

*Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado!*

*Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!*

*(Caio Prado)*

**Resumo:** O presente trabalho trata de uma leitura comparativista entre dois contos, “O menino que escrevia versos” e “Balé”, respectivamente dispostos nos livros *O fio das missangas*, de Mia Couto, e *BaléRalé: 18 improvisos*, de Marcelino Freire, por intermédio de determinadas proposições dos Gender Studies, com o intuito de demonstrar como as personagens de ambos os textos colocam em xeque o modelo de masculinidade hegemônico vigente nos espaços onde estão alocadas. Os meninos das duas narrativas enfrentam uma série de assédios, injúrias e violências, mas resistem para existir e demonstram, a partir do corpo como elemento mais privado, que outras formas de masculinidades são possíveis.

**Palavras-chave:** Dissidência de gênero; Literatura e Gender Studies; Marcelino Freire & Mia Couto.

**Abstract:** This paper presents a comparative reading of two short stories, “O menino que escrevia versos” e “Balé,” respectively included in *O fio das missangas*, by Mia Couto, and *BaléRalé: 18 improvisos*, by Marcelino Freire, by means of some propositions from the Gender Studies, aiming at demonstrating how the characters from both sexes challenge the model of hegemonic masculinity in force in the spaces where they are allocated. The boys from both narratives face a number of harassments, injuries and violent acts, but they resist to exist and demonstrate, from the body as the most private element, that other forms of masculinities are possible.

**Keywords:** Gender dissidence; Literature and Gender Studies; Marcelino Freire & Mia Couto.

### **1. Introdução**

“Homem que é homem não chora!” “Você é um homem ou um rato?!” “Fale como homem!” “Comporte-se como um homem!” Estas estruturas comumente usadas socialmente representam de forma categórica um modelo de masculinidade, mais precisamente a masculinidade hegemônica; aquela construída socialmente e que deve ser seguida por todos. Numa sociedade submersa na compulsoriedade da

---

<sup>1</sup> O autor é doutor em Letras (Teoria e Crítica Literária), professor adjunto da UFMS/FAALC.

heterossexualidade (heteronormatização e heteronormalização) como a nossa o é, aquelas estruturas acima são correntes e usadas por muitos, além de ser endossadas/aceitas/repetidas como uma norma que expressa uma “verdade” sobre os corpos. Há, nesse sentido, uma norma linguística e uma norma corpórea que estruturam os gestos dos cidadãos e qualquer desvio, por mínimo que seja em relação à linearidade sexo-gênero-orientação (homem/mulher-masculinidade/feminilidade-desejo), implica ao sujeito da subversão uma série de sanções.

O sujeito alocado numa sociedade regulamentada pela norma hétero ao se desviar dela sofre assédios, injúrias, violências e em muitos casos a eliminação letal do corpo. Usar a expressão *muitos casos* não se trata de um discurso hiperbólico, pois o Brasil é o país ao redor do mundo que mais mata pessoas trans; mais, inclusive, que em países onde a homossexualidade é crime de morte<sup>2</sup>. A violência em relação a determinados corpos é um reflexo do que queremos pensar como heteronormatização e heteronormalização, *i.e.*, as normas que regem as ações, os modos comportamentais, a estilização do corpo, a maneira de se relacionar com o outro; estes elementos estão todos perpassados pela norma heterossexual e a isto se soma o fato de esta norma ser entendida como a “normal” e a adequada para todos os corpos, e os que se diferem tornam-se o sujeito da abjeção, da ordem da violência e do alijamento.

As regras que determinam o *status quo* em relação aos papéis do homem e da mulher, numa perspectiva sexista, vigentes na sociedade, são mantidas e asseguradas por determinadas instituições, entre elas, o Estado-nação, a igreja, a família e também a instituição escolar; esta é a que mais nos chama a atenção, pois é a escola que deveria fomentar e promover o debate acerca da igualdade de direitos entre as pessoas independentemente do sexo, gênero e orientação. A escola, quando impõe regras diferenciadas, numa perspectiva de proteção (ou, melhor, pseudoproteção) sobre as ações dos adolescentes, separando as de meninas e as de meninos, acaba por manter vigente o sexismo.

O sexismo determina, então, quais ações são consideradas “corretas” para os jovens e quais, para as jovens, num processo dicotômico que enquadra os sujeitos no binarismo homem *vs.* mulher, ademais de ditar as regras em relação aos gestos praticados no interior da sociedade. O indivíduo fica confinado e por que não dizer condenado a práticas que levem em conta o gênero.

A nossa proposta para a leitura dos contos “O menino que escrevia versos”, de Mia Couto, e “Balé”, de Marcelino Freire, visa a demonstrar esse processo dicotômico acerca dos papéis estabelecidos socialmente como os “adequados” para um homem. Em ambos os textos, as personagens são acusadas por seus familiares de empreender gestos incompatíveis com seu gênero. No primeiro, o pai acusa a personagem (o

---

<sup>2</sup> Este dado pode ser endossado por determinados organismos que trabalham com a temática LGBTQIA+, como é o caso do último relatório publicado pela Transgender Europe (TGEU), em novembro de 2016, que atualiza os dados de pessoas assassinadas por crime de ódio, e confere ao Brasil o primeiro lugar no ranking em assassinatos de pessoas trans.

A Revista Cult, edição de junho de 2018, publicou um dossiê sobre os 40 anos do Movimento LGBT no Brasil, e o professor universitário e ativista, Renan Quinalha, na apresentação do dossiê, afirma que embora o Brasil tenha a maior Parada do Orgulho LGBT do mundo, em São Paulo, em 2017 houve um recorde de pessoas assassinadas por crime de ódio – 445 pessoas LGBTs foram assassinadas, ou seja, mais de uma vítima por dia.

menino-poeta) de escrever versos, função que, de acordo com imaginário paterno sexista, não pertence a um homem, senão a homens “maricas”. No conto de Marcelino Freire, a personagem (também menino), burlando os costumes, transgredindo as regras, rejeitando o modelo familiar, passa a ser vista como um sujeito estranho, desenquadrado, subversor das regras. As práticas da personagem central, naquele contexto cultural, estão em desacordo com o que se espera de um homem: não faz os mesmos trabalhos que os outros irmãos; prefere a dança e uma vida mais introspectiva a fazer as mesmas coisas que os demais.

## 2. O menino que escrevia versos

A personagem central do conto “O menino que escrevia versos” que compõe o livro *O fio das missangas*, de Mia Couto, nasce numa família de sujeitos iletrados; a mãe dona de casa e o pai mecânico de carros; este entende as pessoas a partir da experiência que tem com os automóveis: “O pai da criança, mecânico de nascença e preguiçoso por destino, nunca espreitara uma página. Lia motores, interpretava chaparias” (COUTO, 2009, p. 131). Num dado momento da narrativa, o pai descobre que o filho escreve versos; havia na casa alguém inclinado à arte literária, que dedica parte do tempo a escrever versos. A reação do patriarca é de assombro, pois a prática escritural da criança subverte o que se espera de um menino, segundo o entendimento paterno sobre o modelo e/ou as regras de masculinidade:

[...] eis que começaram a aparecer, pelos recantos da casa, papéis rabiscados com versos. O filho confessou, sem pestanejo, a autoria do feito.

- *São meus versos, sim.*

O pai logo sentenciara: havia que tirar o miúdo da escola. Aquilo era coisa de estudos a mais, perigosos contágios, más companhias. Pois o rapaz, em vez de se lançar no esfrega-refrega com as meninas, se acabrunhava nas penumbras e, pior ainda, escrevia versos. O que se passava: mariquice intelectual? (COUTO, 2009, p. 132).

O julgamento do pai, conforme se observa, indica que o filho é um “criminoso”, pois, ao ser arguido, “confessa o crime”: escrever versos. O crime aqui tem a ver com a subversão da linearidade sexo-gênero-orientação, mais especificamente a desestabilização que a criança empreende em relação ao gênero que, segundo as normas sociais do espaço onde a família está alocada, escrever versos não é uma atividade para homens; estes deveriam utilizar energia para, entre outras coisas masculinas, conquistar mulheres. Os que nessa sociedade representada por Mia Couto, e que não é diferente de muitas ao redor do mundo, decidem por escrever versos é considerado um sujeito desenquadrado, não cumpridor das “leis” estabelecidas socialmente para os diferentes gêneros.

Há um investimento forte de muitos setores da sociedade: Estado-nação, religião, família, escola, etc., em determinar as funções e/ou práticas para cada gênero; essas instituições em conluio uma com as outras impõem determinadas regras, as reafirmam e os sujeitos sociais, por sua vez, as acatam e as reproduzem.

[...] nossa sociedade não espera que os homens se sintam envergonhados por interesses tidos como masculinos – carros esportivos, certos esportes profissionais. Da mesma forma, o fato de um homem se arrumar bem nunca é visto com a desconfiança que se aplica a uma mulher – um homem bem-vestido não se preocupa que, por estar assim, possam colocar em dúvida sua inteligência, sua seriedade ou sua capacidade. Uma mulher, por outro lado, está sempre consciente de como um batom chamativo ou uma roupa bem montada pode fazer com que os outros a vejam como frívola (ADICHIE, 2017, p. 55-56).

As palavras da escritora feminista Chimamanda Adichie são categóricas ao demonstrar como as práticas e os gestos estão divididos no interior da sociedade por tipo de gênero, *i.e.*, há uma demarcação social bastante rígida entre o universo masculino e feminino. Desde a escolha da formação/profissão, perpassando pela estetização corpórea, até a maneira como deve se posicionar socialmente. Os exemplos elencados por Adichie nos fazem pensar que existe uma construção social sobre os papéis de gênero e nada há de natural, como alguns poderiam pensar.

“O menino que escrevia versos” endossa nosso pensamento sobre o que a sociedade espera das práticas de um homem: que não desestabilize a linearidade sexo-gênero-orientação, não faça nenhum gesto que esteja pensado às mulheres, obedeça à risca todas as regras impostas em relação ao gênero. Homem (aqui o hétero), no contexto do conto de Mia Couto, segundo o pensamento paterno, não deve escrever versos, estar limitado ao âmbito doméstico, espaço pensado essencialmente às mulheres, mas deve antes ser altivo, demonstrar virilidade e lançar-se ao empreendimento de conquistar mulheres.

O protagonista do conto desvia-se do que socialmente é esperado para um menino. Em outras palavras, perpetra a desestabilização do gênero – empreender práticas estabelecidas que não “condizem” com o seu gênero. A criança, então, rompe com as regras, abandona *status quo* proposto, não o aceita; despreza as leis incontestes e “-*Ele escreve versos!*” (COUTO, 2009, p. 131), conforme as palavras iniciais do conto. Nesse sentido, Fernanda Capibaribe Leite afirma que o corpo (e os elementos que o conformam – sexo-gênero-orientação)

[...] pode sempre romper com a casa-armadura, atravessar as janelas, desnaturalizar o espaço das paredes que o cercam, deixar de ser um habitante da casa para ir além. Sendo o sistema sexo-gênero uma espécie de “território-casa” dos corpos, sair para o universo significa transformar as funções orgânicas, estabelecer novos parâmetros sensíveis que incidem, sobretudo, nas sexualidades, mas também em muitos outros aspectos (LEITE, 2016, p. 156).

Num sem-número de culturas ao redor do mundo salta aos olhos a normalização e a normatização heterossexual. As sociedades estão submersas na compulsão da norma hétero, e fugir a isso, romper com a norma, implica pagar um preço, sofrer algum tipo de sanção, injúria, assédio, violência. A transgressão do gênero não significa, no entanto, que estamos indicando que a personagem central do conto seja homossexual ou que tenha gestos/práticas que indiquem uma suposta homossexualidade. O que entra em jogo na tensão entre as personagens são as suspeitas que recaem sobre o

menino, *i.e.*, o modo como a criança-poeta é vista/percebida principalmente pelo pai: um maricas pelo fato de escrever versos, o que comprova nossa leitura acerca da desestabilização das práticas sociais empreendidas pela personagem.

Observemos o fragmento que segue:

Na semana seguinte, foram os últimos a ser atendidos. O médico, sisudo, taciturneou: o miúdo não teria, por acaso, mais versos? O menino não entendeu.  
 - *Não continuas a escrever?*  
 - *Isto que faço não é escrever, doutor. Estou, sim, a viver. Tenho este pedaço de vida* – disse, apontando um novo caderninho – quase a meio (COUTO, 2009, p. 133).

O pai, ao descobrir que o filho escreve versos, exige que a mãe o leve ao médico por acreditar que a prática escritural empreendida por um homem tem a ver com duas questões: homossexualidade ou algum tipo de patologia. À despeito do pensamento paterno, o poeta-menino dá continuidade a seu projeto estético, continua escrevendo como num gesto de auto-redenção, auto-salvação em relação à vida, ao mundo circundante, “Hoje quem visita o consultório raramente encontra o médico. [...] e o médico abreviando silêncios: *Não pare, meu filho. Continue lendo...*” (COUTO, 2009, p. 134), além de contagiar o próprio médico com os poemas:

### 3. Balé

“Balé” na ordem sumária é o quarto conto dos dezessete que compõem o livro *BaléRalé: 18 improvisos*, de Marcelino Freire, e deste total, oito, quase a metade dos textos, tratam de temas que perpassam pelas questões LGBTQIA+, além de representar outros sujeitos dissidentes. Os sujeitos ficcionalizados nos contos representam as pessoas do nosso mundo mais empírico, pois temos a impressão de que as personagens de Freire saltam do mundo factual e se alocam no ficcional ou vice-versa. Numa espécie de denúncia, num gesto escritural político, o autor trata de dar voz a determinados sujeitos que ainda estão silenciados, invisibilizados, postos à margem.

A temática é extremamente atual – minorias sexuais e de gênero e outras dissidências – como se o ano de publicação do texto de Marcelino Freire tivesse sido hoje, no entanto, data de 2003. De tão atual, a obra foi adaptada para o teatro, sob a direção de Fabiano de Freitas, da Companhia Teatro de Extremos, encenado entre os dias 22/06/2018 e 15/07/2018, no Sesc Ipiranga, em São Paulo. Na peça observam-se os mesmos corpos dissidentes: a negra, a travesti, a criança que sofre violência sexual, a mãe que se desfaz dos filhos, entre outros, no interior de um cabaré, onde vozes desviantes unem-se para gritar suas dores, medos, frustrações, desesperanças, despertencimentos.

O conto “Balé” trata de dar notícias de um jovem que vive com a família no interior de uma cidade nordestina, Catolé, e, como a personagem de Mia Couto, o menino-poeta, empreende um modo de viver que se diferencia dos demais membros familiares. A narrativa transcorre num espaço rural e, a exceção da personagem central, todos trabalham para a sobrevivência da família. O menino do conto de Freire

opta por se alijar dos afazeres domésticos, inventar outras vivências, levar a termo seus desejos/subjetividades:

Disse que não, não vai cortar cana, morrer, moer neste sol.  
 Disse que não, não vai ajudar o pai, salvar a mãe, os irmãos.  
 Disse que não, bateu o pé, quer ir embora aqui de Catolé.  
 Disse que não. Pra que diabo amassar a pedra? Não quer ver chumaço de algodão.  
 Disse que não, não quer rachar a linha da mão nem o quengo.  
 Disse que não sobe em caminhão.  
 Disse que não, o excomungado.  
 Por mais reza que reze, perdeu a fé, não escuta a nossa prece.  
 Disse que não e não e não (FREIRE, 2003, p 33).

É contundente a desobediência da personagem em relação às regras; ela se insurge contra o sistema familiar e repete numa série de negativas o rechaço ao *modus vivendi* da família. Esse gesto de ruptura com as regras gera um conflito, principalmente com a mãe que narra os eventos da personagem-menino; esta detém para si outra história, outra maneira de conceber/perceber/entender a vida: “Não acredita em promessa. Pecado é viver na devoção. Que a gente é que tá errado de ter trabalho e garantir o pão” (FREIRE, 2003, p. 34).

Ao empreender esta ruptura, recaem sobre o menino vários discursos empreendidos pela mãe que o aloca num enquadramento de anormalidade, excentricidade – o subversor. Aquele que desestabiliza as regras e/ou as leis estabelecidas, aprovadas e entendidas como verdades incontestes passa por sansões, não pode circular de forma democrática nos espaços público e privado – é alijado, posto à margem, invisibilizado, marcado como sujeito perigoso, nefasto, pois coloca em risco o equilíbrio social, pode induzir outros a uma prática perniciosa, empreender um levante contra as leis estabelecidas.

E o pai dessa criança? Eu pegava uma enxada e dizia assim: cava um buraco, faz uma cerca, pega a faca e corta palma, bate estaca. Não sei não. Se eu fosse mãe dessa trepeça, não prestava. No instante ele ganhava juízo. A gente nesse fim de mundo querendo viver de luxo (FREIRE, 2003, p. 34).

O excerto acima é o discurso de uma personagem que toma para si a palavra (narração) e empreende uma leitura sobre as ações do menino; este seria, caso fosse filho dela, obrigado sob ameaças a fazer trabalhos domésticos como uma sanção para deixar de lado as práticas que não condizem com as leis sociais. Essa sanção também pode ser entendida a partir de um empreendimento didático – o menino aprenderia, com o manejo do trabalho doméstico, a esquecer de qualquer atividade supérflua ou que transgredisse o gênero.

Novamente não se trata de atribuir uma suposta homossexualidade ao menino que não se enquadra ao *status quo* familiar, mas antes, entender que a criança do conto de Marcelino Freire, tal como a de Mia Couto, desorganiza um arranjo social, empreende uma prática não esperada para seu gênero, e sobre esta questão Berenice Bento afirma:

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando esse feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há uma ruptura inaceitável com as normas de gênero. Essa regulamentação não está inscrita em nenhum lugar, mas é uma verdade produzida e interiorizada como inquestionável [...] (BENTO, 2016, p. 52).

As regras para os corpos, para a sexualidade, para o gênero, são perpetradas por investimentos sociais, *i.e.*, os sujeitos as recebem, as aceitam e as reproduzem como leis que não devem ser infringidas, assim, sexualidade e gênero não estão na ordem do natural, mas do social, cultural, histórico. Em outras palavras, são empreendimentos perpetrados por determinadas instituições no interior de um contexto histórico-social. Nem sempre a homossexualidade foi uma prática abjeta em determinadas sociedades; a forma como homens e mulheres estetizavam os corpos em séculos anteriores, tampouco é a mesma do hodierno.

Um dado interessante que deve ser mencionado diz respeito a outro conto de Marcelino Freire, “Homo erectus”, que compõe o *Baléralé* e trata sobre os câmbios relacionados à sexualidade:

Sabe o home que encontraram no gelo? Encontraram no gelo da Prússia? [...] O homem de 100 mil anos antes de nossa era? [...] O homem embrionário? Das origens cavernosas da humanidade? Sabe este homem, não sabe? Pintado nas cavernas da Dordonha? Mesolítico? Nômade? Perdido?  
Este homem dava o cu para outros homens.  
E ninguém – até então – tinha nada a ver com isso (FREIRE, 2003, p. 15-16).

O texto ficcional de Marcelino Freire demonstra que em tempos passados a sexualidade – a homossexual, hoje, vista por muitos como suja, insana, anormal, e outras desqualificações que a valham – não era um problema, pois homens relacionavam-se com outros e a estrutura cultural-social não entendia esta prática como um gesto de anormalidade. Em algum momento a sociedade se perdeu – Foucault (2014), em *A história da sexualidade: o cuidado de si*, nos dá alguns lampejos – em relação a esta questão e passou a enquadrar a sexualidade do sujeito, inferir leis e regras para os usos dos corpos e isso está tão arraigado nas sociedades ao redor do mundo que sujeito ao desorganizar a linearidade sexo-gênero-orientação, conforme já mencionado neste texto, é penalizado, sofre sanções, violência física e simbólica. E isso pode ser entendido quando nos inteiramos, conforme já mencionado, que o Brasil é o país que ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial em assassinato de pessoas trans. Estamos submersos à extrema violência contra a população LGBTQIA+; há um ódio generalizado, uma aversão explícita, um sentimento imperante de rechaço ao outro, um outro que decide empreender práticas com/no corpo que diferem daquela entendida como a “adequada” – a pautada pela heteronormatização e heteronormalização.

A criança, porém, não retrocede de suas ações, resiste às investidas discursivas das personagens que a assediam e querem enquadrá-la a um modelo vigente, aquele cujos membros familiares estão ajustados:

Sabe o que ele fala? Que vai abandonar todo mundo, seguir estrada. Pois olhe: saia, desapareça. Tenho certeza de que ele voltava, arrependido. Fala, fala e fica nisso. Os irmãos saem para cortar mato e ele nem aí. Se pelo menos ajudasse em casa, debulhasse o milho, cozinhasse água com farinha. Mas não. Roga praga, diz que está cheio de contar feijão, de chupar osso de galinha (FREIRE, 2003, p. 34-35).

A criança impõe o modo como quer viver, desafia as leis familiares, tem planos de sair de casa, ir atrás de uma vida que lhe dê prazer, longe das falácias da mãe e das práticas sociais de Catolé: “Vai seguir a sua vocação” (FREIRE, 2003, p. 35). Por efeito de sugestão e levando em conta o nome do conto, ademais de o menino dançar, é possível inferir que a personagem central deseja ser bailarino, fazer “Balé”.

A prática do menino-bailarino não está de acordo com o que a família espera para o seu gênero, *i.e.*, a personagem, com sua prática, para além de rechaçar todos os engendramentos familiares e as atividades de trabalho, subverte o gênero:

Acredita que o negócio dele é ficar dançando?

É, mulher, dançando. Vive atrás do vento, assobiando. Diz que segue canto de passarinho, que escuta água chover embaixo da terra. Vê só, ele ali na ponta quente da pedra se equilibrando.

O que ele tá pensando, o que comadre tá pensando? É preciso pisar o chão, cortar a sola do dedo. Mas não. Fica ali, voando. O menino fica voando. Eu não sei não.

Acho que essa desgraça não tem mesmo salvação (FREIRE, 2003, p. 35).

No *locus* de enunciação, onde o menino-dançarino está alocado, divagar sobre coisas da ordem do insólito, dançar sobre a pedra, empreender “ações improdutivas”, não são permitidas, ou pelo menos vistas de forma suspeita. É possível entender que os atos empreendidos pelo protagonista não são os adequados para homens (gênero masculino), mas para mulheres (gênero feminino). Dito de outro modo, há nessa comunidade regras explícitas sobre o que pertence ao gênero masculino e o que pertence ao feminino.

Na peça, adaptação do texto de Marcelino Freire, essa questão de não-salvação está bastante marcada na construção do enredo: enquanto um ator fazia gestos de bailarino, equilibrando-se na ponta de um dos pés, os outros quatro atores, como num coro de uma peça da antiguidade clássica grega, entoavam: acho que essa desgraça não tem salvação, acho que essa desgraça não tem salvação, acho que essa desgraça não tem salvação... Não ter salvação – estrutura repetida várias vezes – indica o quão abjeto, errôneo, inadequado, torna-se o menino de “Balé” pelo modo como atua em relação à família e pelos gestos empreendidos – dançar, ir atrás do vento, escutar água chover debaixo da terra, voar (sonhar) – pouco convencionais.

A família “perde” um de seus membros, o que não aceita a imposição familiar-social de como atuar; enfrenta a tensão discursiva materna ao manter o posicionamento de suas ações. Homens, independentemente da orientação sexual, que subvertem o gênero, estetizam seu corpo com elementos pensados socialmente para o feminino, empreendem gestos culturalmente indicados ou impostos às mulheres, não passam

incólumes aos olhos da sociedade, sofrem sanções, violências, assédios, lidam com discursos carregados de ódio e injúrias, como acontece ao menino-poeta e ao menino-bailarino.

#### **4. Fios de medo, solidão, violência e o balé da esperança**

Quando nos reportamos ao antigo (ainda vigente) texto freudiano, *Totem e tabu* (2012), publicado pela primeira vez no início do século XX, percebemos a partir das proposições de Freud, que havia um patriarca, o sujeito que sustentava seu trono de governo e era o soberano da horda e senhor de todas as mulheres que o serviam. Embora o texto não faça menção explícita a relações de gênero, nota-se a presença do patriarcado, ou pelo menos caracteres daquilo que seria denominado como patriarcado. Nesse texto mítico-ficcional, os filhos decidiram por assassinar o pai e reconstruir o modelo familiar; destas ações, podemos empreender algumas inferências: o modelo familiar tradicional existente nasce de um assassinato e a morte do chefe da tribo não foi suficiente para destronar do imaginário social da humanidade o que mais tarde se convencionou denominar de patriarcado. Isto pode ser um exemplo do quanto o patriarcalismo é forte, não morre, por isso, ainda vigem o machismo, o sexismo, a violência de gênero.

Há um conjunto de regras proveniente de um tempo indeterminado que talvez seja impossível acessá-lo, perscrutar como se perpetuou e continua agindo no interior das mais diferentes culturas. A certeza é que a estrutura, enquanto um bloco rígido de leis, está entre nós e seus efeitos são nefastos, principalmente para as dissidências sexuais e de gênero, e sua manutenção é perpetrada, em conluio, por diversas instituições e entre elas lamentavelmente está a participação do Estado-nação que não assume a função de proteger na íntegra todos os cidadãos; ao contrário, propõe, ou melhor, proíbe discussões sobre gênero, como a proibição do material educativo Escola Sem Homofobia, denominado de forma desqualificada como kit gay, entre determinados parlamentares religiosos, eliminando as possibilidades educativas que tratam de demonstrar que a mulher e a comunidade LGBTQIA+ devem receber o mesmo tratamento, enquanto cidadão, e a garantia de que seus direitos sejam preservados.

Tramita na Câmara Federal dos Deputados o projeto de lei Escola sem Partido, cujo encabeçamento está a cargo da bancada evangélica. O texto assinado pelo deputado Flavinho (PSC – Partido Social Cristão) proíbe o uso do termo “gênero”, bem como a referência à sexualidade: “orientação sexual”, em todas as disciplinas do currículo escolar. Já elucidamos acima que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, assim, perguntamo-nos: o que sucederá à sociedade brasileira caso essa lei seja aprovada, precisamente a pessoas mais vulneráveis? Como as mulheres e a população LGTBQIA+, ambas dissidentes, terão seus direitos preservados? Subjacente ao discurso assinado pelo deputado do PSC há um claro sentimento de ódio e desprezo contra as feminilidades e os sujeitos que subvertem a linearidade sexo-gênero-orientação, intensificando a violência contra os corpos dissidentes, o valor da masculinidade e da cultura heteronormativa.

Resistir – em meio a este empreendimento político que visa invisibilizar, silenciar, por à margem, e por que não dizer eliminar de forma letal determinados corpos – é a

palavra de ordem, como o fazem o menino-poeta e o menino-bailarino, respectivamente de Mia Couto e Marcelino Freire, que resistem os assédios, as injúrias, as investidas contra suas práticas, seus desejos e a forma como veem e entendem o mundo.

O discurso da bancada religiosa fundamentalista se insurge de modo eloquente contra determinados sujeitos e os usos que estes fazem de seus corpos. Discurso com claro intuito separatista entre héteros e homossexuais; aqueles com superioridade sobre estes; além da superioridade masculina em relação ao feminino. É a demanda de uma política sexista que pretende desmantelar os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, posicionar estes corpos no paredão, expô-los à vergonha pública, ocultá-los e em última instância eliminá-los. O Estado-nação, que deveria elaborar estratégias para que todos os cidadãos, sem exceção, circulassem democraticamente no interior da sociedade, amola diuturnamente a faca contra as minorias as quais estamos tratando aqui.

Os corpos, no entanto, num gesto político sobrevivem. Um corpo, por assim dizer, é sempre um gesto político porque ocupa, independentemente de qual seja a orientação sexual, um espaço social; é por intermédio do corpo que o gênero é perpetrado, o discurso do sujeito é materializado. Dito de outra forma, a existência no mundo se concretiza com o corpo. “O menino que escrevia versos” e “Balé” são dois contos que representam corpos que existem, resistem e se posicionam num gesto político, indicando que há outras masculinidades, outras práticas/possibilidades com e no corpo, outros conhecimentos em relação a sujeitos que não repetem a prática social estabelecida socialmente para o gênero ao qual pertencem.

Os meninos de ambos os contos são gays? O bailarino com seus gestos pretende ser uma trans mulher? O menino-poeta tem inclinações à homossexualidade por não se lançar à conquista de mulheres e preferir estar em meio à solidão para empreender sua escritura poética? Não sabemos. Não há como saber. A despeito das investidas discursivas das personagens que assediam os protagonistas e de qual seja a orientação sexual de ambos, eles empreendem práticas que: bifurcam o gênero, desestabilizam o imaginário social, afirmam que não há práticas específicas para homens e outras para mulheres, demonstram que o corpo é o bem mais privado que existe e que cada um pode exercer a subjetividade (o desejo) do modo como lhe aprouver, dão aos leitores a chance de refletir sobre questões de gênero, orientação sexual, violência, saberes corpóreos, desejos e subjetividades humanas.

No último dia de apresentação da peça *BaléRalé*, Marcelino Freire foi chamado ao palco para algumas considerações sobre a temporada e o escritor de modo categórico, em relação ao projeto teatral, disse: “É uma vingança coletiva”. Estamos de acordo, pois num gesto est(ético)-político, Marcelino Freire e Mia Couto colocam em xeque a maneira como a sociedade enquadra os corpos, violenta o sujeito que desestabiliza as leis corpóreas, assedia os que empreendem práticas em desacordo com o gênero, invisibiliza, silencia e por vezes elimina o outro, o que não cumpre à risca os ditames da linearidade sexo-gênero-orientação.

**Bibliografia**

- ADICHIE, CHIMAMANDA. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- COUTO, Mia. O menino que escrevia versos. In: **O fio da missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: o cuidado de si**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Marcelino. Balé. In: **BaléRalé: 18 improvisos**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LEITE, Fernanda Capibaribe. Corpos em cena e trânsito: sujeitos em devir na filmografia de Cláudia Priscilla. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 153-175.
- QUINALHA, Renan. O movimento LGBT brasileiro: 40 anos de luta. **Revista Cult**, São Paulo, v. 21, n. 235, inverno de 2018.
- SIGMUND, FREUD. Totem e tabu. In: **Obras completas**. Volume 11. Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.